

Culturas náuticas e ciências sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica (Parte 1)*

Nautical cultures and social sciences in Brazil: a balance of anthropological, historical and archaeological production (Part 1)

Leandro Domingues Duran

Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, pesquisador do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA/UFS) e pesquisador voluntário do Ceans/Nepam/Unicamp.

RESUMO

O presente artigo faz um balanço bibliográfico crítico acerca do histórico de produção acadêmica desenvolvida no âmbito da Antropologia, da História e da Arqueologia, no que se refere especificamente às pesquisas voltadas ao estudo das diferentes tradições culturais náuticas desenvolvidas nos vários espaços aquáticos no Brasil, enfocando suas principais escolhas temáticas e apontando os limites de suas abordagens. Tendo em vista sua abrangência, optou-se pela sua subdivisão em duas partes, sendo esta primeira dedicada à apresentação do problema e às discussões estabelecidas no âmbito da Antropologia, enquanto a segunda, ainda a ser publicada, versará sobre a abordagem dessa temática na História e na Arqueologia.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia marítima; Arqueologia subaquática; Arqueologia marítima; História Marítima

ABSTRACT

The present article provides an analysis about the history of academic research carried on in the field of Anthropology, History and Archaeology, specially referring to those researches focused on the study of different nautical cultural traditions developed in several aquatic environments in Brazil. The article outlines the main thematic choices pointing out the limits on their approaches. Due to its largeness, the study has been divided into two parts: the first part concerns the presentation of the problem and the discussions which were set up in the Anthropological field, while the second part, still on its way to be published, will approach this theme in History and Archeology

KEYWORDS: Maritime anthropology; Underwater archeology; Maritime archeology; Maritime History

* Artigo recebido em 24 de junho de 2016 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2017.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se caracteriza pela preocupação em contribuir com uma problemática de pesquisa de interesse crescente no âmbito nacional e internacional que vem se dedicando ao estudo sobre os diferentes processos culturais resultantes da interação entre as sociedades humanas e os vários ambientes aquáticos, especificamente no que se refere à construção de “culturas náuticas”. Pesquisas voltadas para essa temática só vem se estruturando de forma sistemática apenas mais recentemente tanto na cena acadêmica internacional quanto, e principalmente, naquela relativa ao território nacional.

Segundo George Bass:

É impossível imaginar a história das Américas sem a presença de navios e barcos. As ações de descoberta, exploração, colonização, desenvolvimento comercial e defesa desse Novo Mundo, todas, dependeram de navios (BASS, 1988, p. 9. Tradução nossa).

A afirmativa eurocêntrica e pouco crítica acerca dos processos históricos da Conquista e construção das atuais sociedades americanas por aquele que é o precursor da arqueologia subaquática não deixa de fazer uma importante constatação: o papel fundamental ali desempenhado pelas culturas náuticas. Porém, poucos foram os que refletiram sobre os processos de interação entre as sociedades humanas e os espaços aquáticos. Um número ainda menor foi o dos que interpretaram esses ambientes enquanto *locus* social e não enquanto conjunturas ambientais a serem vencidas pela necessidade humana.

Essa postura parece ter se originado a partir de uma “mentalidade agrocentrica” que ainda se faz dominante na prática das ciências sociais ocidentais (BASS, 1969; HASSLÖF et al., 1972; GEISTDOERFER 1989, apud DIEGUES 1998; COLLET, 1993, apud DIEGUES, 1999; DIEGUES, 1995; 1999; READ, 1996; MCGRAIL, 1997; KEHOE, 1998; RAMBELLI, 2002; 2003; 2006; DURAN 2008). Homens de seu tempo, historiadores, antropólogos, sociólogos e arqueólogos ociden-

tais mantiveram distanciamento de um meio tido como de domínio das ciências naturais como a oceanografia e a biologia, marcado pelo que se consideravam ser um “grande vazio humano” (DIEGUES, 1995, p.13). Como diz a música *Timoneiro*, de Paulinho da Viola: “Olha, o mar não tem cabelos que a gente possa agarrar!” Falta-lhe, portanto, humanidade, falta-lhe gente em quem se escorar; aqueles que para lá se dirigem, vão a um mundo solitário.

Tal situação levou a um atraso no surgimento de programas acadêmicos estruturados ou mesmo na formação de uma base referencial mais ampla e sistemática de discussão sobre os diferentes processos de interação entre as sociedades humanas e os ambientes aquáticos, e, mais particularmente, sobre a natureza específica da cultura material e imaterial produzida e operacionalizada pelos grupos envolvidos na faina ali desenvolvida. As trajetórias de fundação de subdisciplinas e especialidades como uma antropologia e etnologia marítima e uma arqueologia subaquática, por exemplo, remontam apenas ao final da década de 1950 e início de 1960 (HASSLÖF et al., 1972; MUCKELROY, 1978; DIEGUES, 1998; BASS, 1969; HOFFMANN, 1987; COLLET, 1993 apud DIEGUES, 1998; BLOT, 1999; BABITS; TILBURG, 1998; RAMBELLI, 2002; DURAN, 2008).

Como observou Hasslöf, considerado por muitos como o precursor da etnologia marítima de cunho acadêmico no mundo:

[...] é a cultura agrária a que se tem dado proeminência na literatura e nos museus [...] às vezes, a pesca primitiva recebeu um reconhecimento no último minuto. Mas, a construção naval, a vida marítima comercial e social e os espaços de ocupação que, voltados para o mar, deram um caráter especial às comunidades marítimas [...] esses foram excluídos das esferas de interesse dos etnologistas. Etnologia Marítima, que se devota ao estudo da vida e das atividades dos marítimos, se tornou o *patinho feio* das ciências (Tradução nossa. 1972, p.15).

O mesmo contexto acima descrito pode ser utilizado para se referir à conjuntura da

produção científica brasileira, ampliando-se a constatação de falta de interesse investigativo pelas culturas marítimas, comentada acima, para o conjunto das ciências sociais. No que se refere à Antropologia Marítima, como bem observou Callou, um dos pesquisadores que chamaram para si essa tarefa de construção desse campo de pesquisa:

Abordar os aspectos socio-culturais dos povos do mar, como aqui pretendemos, não é tarefa fácil, tendo em vista a reduzida produção acadêmica brasileira no âmbito das culturas populares da pesca. Só a partir dos anos 1960/70 é que essa produção começou efetivamente a tomar fôlego. Mas não se tem, ainda hoje, estudos monográficos substanciais que possibilitem contar, a partir de itinerários diversificados, a história cultural da pesca no País (2010, p.45).

Nesse mesmo sentido, o historiador José do Amaral Lapa, em uma das principais obras nacionais historiográficas dedicadas ao tema, afirma:

Num país sem muita tradição de historiografia marítima como o nosso, parece ser natural a quase ausência de estudos monográficos e gerais de História Naval com que se defronta o pesquisador. Considerados, entretanto, a extensão do litoral e o largo momento em que permanecemos a ele colados, tendo uma história de vínculos muito mais marítimos do que continentais, como também compreendendo-se a integração do Brasil à economia portuguesa do Atlântico, ver-se-á desde logo o alcance que nos oferece esse campo de pesquisas para a história da cultura e da economia brasileiras que em boa parte e inexplicavelmente tem voltado suas costas para o mar (2000, p.301).

Na arqueologia, a preocupação com as culturas marítimas é ainda muito mais recente na cena acadêmica nacional do que nas demais ciências sociais. Segundo Ram-

belli, o principal responsável pelo desenvolvimento do campo da arqueologia subaquática em moldes acadêmicos no país:

Mesmo com a grande projeção dos estudos de sítios arqueológicos costeiros brasileiros, o ambiente aquático sempre foi compreendido, não como uma extensão dos sítios, e sim como uma barreira, o que explica o fato de suas abordagens partirem do ambiente aquático para o interior (RAMBELLI, 2003, p.13).

O que transparece como fio condutor de ligação entre esses especialistas na matéria é justamente, por um lado, a importância e extrema riqueza do tema no âmbito da sociedade brasileira, e por outro, uma incompreensão sobre o que poderíamos classificar como uma inanição acadêmica no que se refere ao estudo dos mesmos. Muito mais do que opiniões pessoais o que eles nos fornecem é um panorama refletido sobre uma situação abrangente: foi apenas recentemente que se empreendeu um esforço verdadeiro de incorporar às reflexões produzidas no âmbito das “ciências do homem” (ou “Sociais”, se preferirmos), os diferentes processos de interação histórico-culturais entre as diferentes sociedades humanas e os ambientes aquáticos, dando especial atenção à análise de categorias e práticas sociais específicas que se fundamentam na formação do que poderíamos classificar como uma (em verdade várias) “cultura náutica”.

Fundamental para o início da mudança dessa perspectiva foi o desenvolvimento dos conceitos socioantropológicos de “cultura marítima” e “maritimidade” no âmbito da socioantropologia. Inicialmente construídos por Hasslöf, na década de 1950, através da cunhagem dos termos *sjöbruk* e *sjöbrukare*, significando, respectivamente, “o uso do mar” e “aquele que se utiliza do mar” (HASSLÖF et al., 1972; WESTHERDAHL, 1992; 2007-2008; COLLET, 1993, apud DIEGUES, 1999; RAY, 2003; DURAN, 2008), eles permitiram a mudança do foco analítico Terra→Água, para uma perspectiva Água→Terra, e mesmo Água→Água, o que garantiu um salto de qualidade nas interpretações, na medi-

da em que possibilitou uma maior aproximação dos pesquisadores com seus ambientes aquáticos, o que levou à percepção da natureza particular da cultura a eles vinculada. Entretanto, tais perspectivas só encontraram maior difusão a partir dos anos de 1970, uma vez que, com base em Diegues (1995; 1999) e Geistdoerfer (apud DIEGUES, 1989), as metodologias de estudo empregadas até então foram marcadas por conceitos formulados para lidar com comunidades agrícolas ou rurais.

Ao contrário de Kirch (2000) e Binford (2001), que atestam uma intervenção apenas casual e intermitente sobre esses ambientes, nos quais o homem seria sempre intruso, movido por motivações agrocêntricas, para nós os universos aquáticos não são “espaços” ou “ausências”, mas “lugares” ou “presenças”, seguindo a proposta emotivo/cognitiva de Yi-fuTuan (1980; 1983). A base para essa perspectiva está na principal expressão material e principal “lugar” de produção e funcionamento da cultura marítima: a embarcação. Os ambientes aquáticos são “lugares” por serem vivenciados e operacionalizados por “um mar de pequenas embarcações”, para nos utilizarmos do título de um importante livro nesse processo de mudança de perspectiva (CORDELL, 1989). Como bem observou Westherdahl:

O barco é a ferramenta essencial, uma extensão do corpo humano; ele tem sido criado pelos homens do mar e assume uma significância para o marítimo que tem pouca, ou nenhuma comparação, com qualquer relação similar na cultura terrestre [...] os arquétipos cognitivos da esfera marítima, mais frequentemente e de maneira natural, se referem a barcos, sua operação e construção. O manejo de barcos e navios é um tema central em todas as culturas marítimas (2007-2008, p.208. Tradução nossa).

A embarcação representa, assim, a principal oposição à ideia de um mar natural, de um “não lugar”, dominado pela ausência de humanidade, ao desafiar a máxima mui-

to bem mapeada por Mack (2011) de que tal acepção se assenta na falta de marcas materiais comprobatórias da interação com o homem, ou seja, na falta de uma monumentalização desse universo, característica tradicionalmente entendida como essencial para o reconhecimento dessa interação. Ela é, então, o principal elemento material e simbólico comprobatório desse mar humano, a arquitetura monumental que o humaniza, ainda que não o domine.

Desse modo, com base nesse entendimento do caráter fundamental da embarcação na qualificação dos espaços aquáticos e na produção das manifestações culturais ali construídas, caracteriza-se o conceito de “cultura náutica” aqui pretendido. Por “cultura náutica”, queremos nos referir ao conjunto de elementos materiais e simbólicos forjados pelos vários grupos sociais que, em suas ações cotidianas de produção econômica e reprodução social, se dedicaram à arte da navegação e, portanto, à produção e operação de equipamentos náuticos especializados em um determinado “lugar”. O foco no caráter náutico nos permite, assim, transcender as limitações impostas pelas definições que se baseiam em uma identidade universalizante da “cultura marítima”, fundamentada em especificidades ambientais, notadamente na oposição entre “mar aberto” e águas interiores (e.g. WEIBUST, 1969; REDIKER, 1993; 2001; HASSLÖF et al., 1972; MUCKELROY, 1978; DIEGUES, 1983; 1995; 1999; MALDONADO, 1986; 1994; FLATMAN, 2003; DURAN, 2008, entre outros). Assim, nos aproximamos, aqui, das propostas de Westherdahl (2007-2008) quanto à existência de múltiplas expressões dessa natureza, principalmente no que se refere a contextos regionais e mesmo locais, marcados, como são, pelo que pode ser chamado de “culturas costeiras”, incluindo aí as manifestações de economias de base diversificada.

“HOMEM AO MAR”: A SOCIOANTROPOLOGIA MARÍTIMA

A exemplo do que ocorreu no espaço acadêmico internacional (vide citação de Hasslöf feita anteriormente), a atividade pes-

queira, também aqui, foi aquele expoente do universo náutico que recebeu alguma atenção por parte de antropólogos, sociólogos, geógrafos e folcloristas. Segundo Diegues (1999, p.366), os estudos acadêmicos dessa natureza nasceram inicialmente em instituições de pesquisa localizadas no sul do País e encontraram, a partir da década de 1980, outros centros de discussão no Museu Paraense Emílio Goeldi, na Universidade Federal do Pará e, posteriormente, na Universidade Federal da Paraíba. Essas pesquisas se dedicaram a construir novas e importantes categorias de análise antropológica que se baseiam em padrões locais de habitação, ou práticas econômicas de reprodução social. Nesse sentido, foram criadas as categorias sociais dos caiçaras, praiheiros, jangadeiros, açorianos, caranguejeiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, marisqueiros/marisqueiras e pescadores (de altura, ou de dentro) (MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1999; CALLOU, 2010), que são trabalhadas pelos variados autores e nos fornecem um rico e complexo panorama de práticas de exploração econômica e de significação simbólica adotadas nos diferentes ambientes aquáticos.

Ainda que voltada basicamente para o estudo das diferentes práticas pesqueiras ou de coleta extrativista de recursos aquáticos, essa produção, no entanto, também não deixou de ser afetada pelo viés agrocêntrico mencionado anteriormente. Como nos informa Diegues (1995; 1999), baseando também em observações mais abrangentes de Geistdoerfer (1989), as metodologias de estudo empregadas até recentemente para a análise socioantropológica das atividades pesqueiras foram marcadas por conceitos formulados para lidar com comunidades agrícolas ou rurais, sendo, portanto, inadequadas para a construção de uma interpretação sobre os processos de interação com os ambientes aquáticos, principalmente no que se refere aos pescadores profissionais e, mais ainda, aqueles envolvidos na “pesca de altura”, realizada “barra a fora” e “mar adentro”. A opção claramente demarcada pela priorização por estudos de comunidades onde as práticas pesqueiras são vistas,

ou como atividades econômicas complementares e, portanto, subordinadas a uma estrutura campesina, ou como exemplos de ações espacialmente circunscritas às bordas, às “beiridades” e margens dos ambientes aquáticos, são, então, reflexos disso.

Essa postura começou a ser questionada no cenário internacional e nacional a partir dos anos de 1970, com observações sobre diferenças, presentes em comunidades que tinham na pesca sua principal atividade ocupacional/profissional. No primeiro caso, estudos como os de Firth, (1970), apesar de ainda fortemente marcados pela concepção agrocêntrica de suas posições anteriores, não deixam de passar a reconhecer importantes diferenças entre camponeses e pescadores (DIEGUES, 1999); na França, Breton (1981) e Geistdoerfer (1989) se transformaram em importantes referências dessa mesma postura (DIEGUES, 1995; 1999); a escola nórdica, no entanto, parece ter sido aquela que primeiro e mais profundamente desenvolveu essa compreensão de um universo marítimo diferenciado do mundo terrestre, muito, talvez, pela sua própria trajetória histórica, sendo uma referência constante para pesquisadores no mundo inteiro (HASSLÖF et al., 1972; COLLET, 1993, apud DIEGUES, 1999; DURAN, 2008). No Brasil, tal diferenciação também já pode ser percebida em trabalhos como o de Mourão (2003) realizado em 1971, que discute a formação de uma ideologia da pesca; e principalmente através dos estudos de Diegues (1983; 1995; 1999), Loureiro (1985); Maldonado (1986; 1994); Cunha (1989); Furtado (1988; 1989); Ramalho (2006; 2007), com sua estética da arte pesqueira; Valencio (2007) e Sautchuk (2007), todos atestando as especificidades culturais simbólicas e materiais dos profissionais da pesca.

Os estudos mencionados não estão restritos à, mas, certamente, incluem um foco definido sobre o universo da cultura material e das identidades construídas ao seu redor, tendo agregado importantes registros de natureza etnográfica e comparações etnológicas relativas a diferentes aspectos materiais dessa faina (SAUTCHUK, 2007, p.07). No que se refere ao caráter náutico, ele não

poderia deixar de estar presente e encontra espaços diferenciados em várias reflexões. No entanto, longe do que poderíamos pensar, sua participação nas discussões é esporádica e, quando ocorre, nem sempre é central; assim poucos foram aqueles que se dedicaram a pensar essas culturas marítimas, ribeirinhas ou lacustres a partir daquele que é o seu principal espaço de trabalho e de vivência e, ao mesmo tempo, também, seu mais complexo artefato: a embarcação. Para tanto, temos de recorrer a outros pesquisadores, que transcendem o universo da formação acadêmica especializada, mas mantêm a perspectiva antropológica em suas ações de pesquisa e registro.

O Almirante Alves Câmara é considerado o precursor desse tipo de enfoque etnográfico/etnológico das embarcações na costa brasileira com seu *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, de 1888, onde faz um breve inventário de diferentes tipos náuticos então em operação (1976); na sequência, Ott (1944) também abordou o tema com base em reflexões relativas à atividade pesqueira na Bahia; Lima, em 1950, enfocou a canoa de casca de jatobá dos índios do Xingu, retomando a temática das práticas pré-cabralinas; Câmara Cascudo, em 1957, fez uma radiografia descritiva e ao mesmo tempo poética de um exemplar importante dessa tradição náutica brasileira em seu *Jangada, uma pesquisa etnográfica* (2002); Selling Júnior (1976), a partir de pesquisa realizada durante o mesmo período de Cascudo (década de 1940-1950), já alertava para o problema do desconhecimento generalizado acerca desse patrimônio, a necessidade de medidas de preservação e um registro sistemático frente ao avanço de novas tecnologias de transporte.

Além deles, em 1957, o Rio Amazonas e seus tipos de embarcações fluviais foram abordados por Andrade (1983); Goulart (1959), a exemplo de Alves Câmara, voltou a tentar uma abordagem mais abrangente e menos regional dos tipos náuticos, concentrando-se, porém, em águas interiores, sendo pouco sistemático em sua pesquisa; Pedro Agostinho (1973; 1993) realizou uma genealogia histórica do Barco do Recôncavo,

intento também almejado por Simões (1971); Ronaldo Couto (1985) buscou tratar o assunto de um ponto de vista nacional, tendo feito um inventário subdividido em costa norte, nordeste e leste; três anos depois, Andrés demonstrou todo o potencial de uma abordagem regional de uma etnografia náutica sistemática de embarcações tradicionais em seu *Embarcações do Maranhão – Recuperação das técnicas construtivas tradicionais populares*, obra em dois que se tornou referência no assunto (1988; 1998).

Em 1996, Smarcevski lançou *Graminho – a alma do saveiro*, um dos mais completos estudos sobre o tema que, no entanto, enfocou apenas o tipo saveiro baiano; e, nos anos 2000, Maldonado, em 2001 e 2004, abordou o processo construtivo da canoa caiçara em Ilha Bela e São Sebastião, litoral do Estado de São Paulo; Junqueira e Malheiros e Junqueira, em 2003, produziram um registro fotográfico artístico de vários exemplares de embarcações tradicionais presentes em vários estados brasileiros; Mesquita (2009), a partir de sua extensa atuação no programa jornalístico de televisão *Mar sem Fim*, produziu outro registro fotográfico extensivo focando o que classificou como embarcações típicas da costa brasileira. Nesse mesmo ano, o arquiteto Joel Pacheco lançou seu *Canoa Baleeira dos Açores e da Ilha de Santa Catarina*, dando fôlego a um exemplar náutico de extrema importância na história marítima brasileira, fazendo uma comparação com a tradição açoriana que tanto influenciou essa prática no Sul do País; além deles, Denadai *et al.* (2009) realizaram o estudo de teor menos técnico e mais memorialista intitulado *Com quantas memórias se faz uma canoa*, dedicado à canoa caiçara de Ubatuba; ainda em 2009, o IPHAN concluía seus relatórios setorializados de levantamento de embarcações tradicionais vinculado ao Projeto Barcos do Brasil, para a Baía de São Marcos (MA), litoral da Paraíba, Sergipe, Baía de Camamu e Santa Catarina (IPHAN, 2009). Por fim, mais recentemente, em 2012, o Projeto Embarcações do Brasil – Expedição Almirante Câmara Cascudo, levou à produção do livro *A jangada de Raiz*, do arquiteto Edson Fogaça (2012); além dele, o

arquiteto Nearco Araújo, com a colaboração de Romeu Duarte Júnior, lançou seu *Ventos, Velas e Veleiros* (2014), onde aborda as embarcações tradicionais do Ceará; e Igor Luiz da Silva lançou seu “olhar” sobre os mestres da ribeira de Pão de Açúcar, AL (2014).

Em tempos recentes, o que podemos observar é um grande desenvolvimento na preocupação com a questão das embarcações tradicionais e o surgimento de claros mecanismos de valorização e preservação do patrimônio náutico, seja através de instituições do terceiro setor, como a *Associação Viva Saveiro* (BA), a ONG *Canoa de Tolda* (SE e AL) (LIMA, 2010), e o referido *Projeto Embarcações do Maranhão*, que têm desempenhado um papel fundamental na conscientização e na efetiva preservação material de importantes exemplares e saberes dessa cultura; seja através de iniciativas de instituições públicas como as da Fundação Catarinense de Cultura, fundadora do excepcional Museu Nacional do Mar, que contou com recursos do Programa Monumenta do IPHAN, do Museu Náutico da Universidade Federal do Rio Grande, e, mais recentemente, do próprio IPHAN, com a criação do *Projeto Barcos do Brasil*, visando ao diagnóstico e inventário do patrimônio náutico brasileiro contemporâneo, incluindo aí procedimentos de tombamento que atualmente incluem, além do próprio Museu Nacional do Mar e seu acervo, pelo menos quatro embarcações em diferentes estados brasileiros: o saveiro de vela de içar *Sombra da Lua* (BA), a canoa de tolda *Luzitânia* (SE), a canoa costeira *Dinamar* (MA) e a canoa de pranchão *Tradição* (RS). As ações patrimoniais também deram origem a três seminários do Patrimônio Naval Brasileiro, o primeiro realizado em São Francisco do Sul (2005), o segundo em São Luís do Maranhão (2007) e o terceiro em Salvador (2009), todos patrocinados pelo Programa Monumenta do IPHAN. Os Anais do primeiro foram publicados pelo Museu Nacional do Mar (2005). Ainda no que se refere à questão da conceituação patrimonial vale frisar os trabalhos de Martins (2007), focados na questão jurídica dedicada à proteção do “saber fazer” imaterial da atual tecnologia naval amazônica; e de Salorte (2010), vol-

tado para a análise dos carpinteiros fluviais de Novo Airão/AM.

O balanço final que podemos fazer dessa produção socioantropológica é o de que ela priorizou abordagens voltadas para a análise de apenas uma prática náutica, notadamente a das atividades pesqueiras, deixando de lado outros grupos profissionais ligados ao transporte marítimo de cargas e passageiros, atividades bélicas, apoio à navegação e serviços turísticos e de lazer. Mesmo a pesca ou “pescas” não foram ainda extensivamente e detalhadamente tratadas. A despeito das significativas e essenciais transformações ocorridas, esse é um processo ainda inconcluso. Como contextualiza Diegues, a antropologia marítima ou antropologia da pesca é, ainda, um campo em construção no seio da ciência mãe (1995; 1999).

No que se refere aos estudos voltados especificamente para os equipamentos náuticos, apesar de também muito focados na faina pesqueira, por ser essa a atividade que mais mantém em operação tipos de embarcações ditas “tradicionais”, eles transcendem esse universo e englobam também elementos vinculados ao transporte marítimo/fluvial, além de questões relacionadas com o ofício da carpintaria naval. Entretanto, a despeito do progressivo número de publicações, os 29 títulos aqui citados, entre livros, artigos de periódicos, textos acadêmicos, anais e relatórios institucionais, se configuram como uma bibliografia referencial ainda muito reduzida, principalmente quando consideramos a extensão do litoral brasileiro e o potencial cultural do patrimônio náutico que vem sendo apresentado a partir dos resultados obtidos pelas diferentes pesquisas. Além disso, é preciso lembrar que muitos dos estudos versam sobre os mesmos tipos de embarcações ou apresentam levantamentos abrangentes que se sobrepõem em termos das informações apresentadas. Outra característica comum nessa bibliografia é a tendência pelo privilégio de descrições técnicas das embarcações, tratadas como “obras de arte”, reflexo claro tanto de uma tentativa de perpetuação material através do registro, quanto de uma estratégia de

convencimento do valor patrimonial desses tipos tão ameaçados. Se a percepção técnica é tão importante à reflexão da cultura náutica, e ela o é, entendemos que tais limitações esvaziam o caráter humano de tais artefatos, deixando de agregar significado à sua essência; um barco nada é sem seus construtores, seus condutores, suas cargas, seus portos de origem e de destino. Por

fim, um último aspecto a ser salientado diz respeito ao fato que na abordagem socioantropológica aqui analisada existem claras restrições temporais, tendo ela se dedicado a trabalhar aspectos náuticos contemporâneos; falta-lhe, portanto, profundidade histórica, o que nos leva obrigatoriamente a refletir sobre a produção historiográfica, o que faremos na segunda parte deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, P. *Embarcações e Navegação na Baía de Todos os Santos* – Estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de Emeric Essex Vidal. In: Vidal, Emeric Essex. *São Salvador da Baía de Todos os Santos – Vista panorâmica 1835-1837*. Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1993.

_____. *Embarcações do Recôncavo* – Um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973. (Série Sociedade e Cultura).

ANDRADE, M. *Tipos e utilidades dos veículos de transportes fluviais do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

ANDRÉS, L. P. C. C. *Embarcações do Maranhão* – Recuperação das Técnicas Construtivas Tradicionais Populares. São Paulo: Horizonte Geográfico, 1998.

_____. *Embarcações do Maranhão – Resgate das Técnicas Populares*. Boletim Comunicações em História das Ciências e da Tecnologia, Centro Lógico (Unicamp), v. 2, 1988.

ARAÚJO, N.. de. *Ventos, Velas e Veleiros*. Fortaleza: Modo Maior, 2014.

BABITS, L.; TILBURG, H. Van (Eds.). *Maritime Archaeology – A Reader of Substantive and Theoretical Contributions*. New York: Plenum Press, 1998. (The Plenum Series in Underwater Archaeology).

BASS, G. F. *Arqueologia subaquática*. Lisboa: Verbo, 1969.

_____. *Ships and Shipwrecks of the Americas: a history based on underwater archaeology*. New York, N.Y.: Thames and Hudson, 1988.

BINFORD, L. *Constructing frames of reference*. Berkeley. Los Angeles: Berkeley University Press, 2001.

BLOT, J. Y. *O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico*. Centro de Arqueologia, Al-Madan, Almada, Série 2, n. 8, out. 1999, pp. 41-55.

BRASIL. IPHAN. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Sergipe: Indiaroba e São Cristóvão. 2009a, mimeo.

_____. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Baía de São Marcos (MA), 2009b, mimeo.

_____. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Litoral da Paraíba. 2009c, mimeo.

_____. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Bahia: Baía de Camamu. 2009d, mimeo.



- _____. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Baleeiras de Santa Catarina. 2009e, mimeo.
- CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Ciência e Cultura*, vol. 62, nº 3, pp. 45-48, 2010.
- CÂMARA, A. A. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CASCUDO, L. C. *Jangada* – Uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global Editora, 2002.
- COLLET, S. *Uomini e Pesce: La Caccia al Pesce Spada tra Scilla e Cariddi*. Milano: Giuseppe Maimone, 1993.
- CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 139-160.
- CORNEJO, C. *Nau Brasilis* – A história, a trajetória e a retomada da construção naval no Brasil. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2012.
- CORDELL, J. (Ed.) *A sea of small boats*. Cambridge, MA: Cultural Survival, 1989.
- COUTO, R. G. *Embarcações típicas do Brasil* – Typical boats of Brazil. Associação Promotora da Instrução, 1985.
- CUNHA, L. H. de. O espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal. In: DIEGUES, A.C.S. (Org.) *III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade*, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN. São Paulo, 1989.
- DENADAI, M. et al. *Com quantas memórias se faz uma canoa: a cultura do uso e feitiço das canoas de “um só pau” no município de Ubatuba*. São Paulo: Edição do Autor, 2009.
- DIEGUES, A. C. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, Vol.III, nº 2, pp. 361-375, 1999.
- _____. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. São Paulo, 1973. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1973.
- _____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- _____. *Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, Universidade de São Paulo, 1995.
- DURAN, L. D. *Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FLATMAN, J. Cultural Biographies, cognitive landscapes and dirty old bits of boat: “Theory” in maritime archaeology. *International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 32, nº 2, 2003.
- FOGAÇA, E. *A Jangada de Raiz*. Brasília: Projeto Embarcações do Brasil/UNESCO, 2012.
- FURTADO, L. G. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- _____. *Pescadores do Amazonas*. São Paulo, 1988. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1988.
- FURTADO, L.; NASCIMENTO, I. H. de. Pescadores de linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série – Antropologia, nº 82, pp.1-49, 1982.

- GOULART, J. A. *Meios e instrumentos de transporte no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1959.
- HASSLÖF, O. et al. *Ships and Shipyards, Sailors and Fishermen*. Copenhagen: Copenhagen University Press, 1972.
- HOFFMANN, G. *Mundos Sumergidos: Una historia de la arqueologia submarina*. Tradução de Jesus Ruíz. Barcelona: Planeta, 1987.
- KEHOE, A. B. *The Land of Prehistory: a Critical History of American Archaeology*. New York; London: [s.n.], 1998.
- KIRCH, P. V. *On the road of the winds: an archaeological history of the Pacific Island before European contact*. Berkeley, Los Angeles: Berkeley University Press, 2000.
- LAPA, J. R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 2000. (Estudos Históricos, 42).
- LIMA, M. Tolda: um símbolo resgatado. *Revista Graciliano*, nº 6, pp. 13-21, 2010.
- LIMA, P. E. A canoa de casca de jatobá entre os índios do Xingu. *Revista do Museu Paulista*, vol. 41, s.n., 1950.
- LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- MCGRAIL, S. *Studies in Maritime Archaeology*. Oxford: British Archaeological Reports, 1997.
- MACK, J. *The Sea – a cultural history*. London: Reaktion Books, 2011.
- MALDONADO, S. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.
- _____. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- MALDONADO, W. A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela/SP. In: DIEGUES, A.C. (Org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1, 2004. (Ecologia e cultura: 5). Pp. 297-320.
- _____. *Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilha Bela/SP*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Goeciências/USP, 2001.
- MALHEIROS, G.; JUNQUEIRA, E. *Embarcações Brasileiras*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2003.
- MARTINS, M. A. de C. *O caminho das águas na Amazônia: itinerário da tecnologia naval amazônica e sua proteção jurídica como patrimônio cultural imaterial*. Manaus, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental/Universidade do Estado do Amazonas, 2007.
- MESQUITA J. L. *Embarcações típicas da costa brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2009
- MOURÃO, Fernando A. *Os pescadores do Litoral Sul de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB/CEC, 2003.
- MUCKELROY, K. *Maritime Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. (New Studies in Archaeology).
- OTT, C. F. Os elementos culturais da pescaria baiana. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, nº 4, 1944.
- PACHECO J. *Canoa Baleeira dos Açores e da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Autor, 2009.
- RAMALHO, C. W. N. "Ah, esse povo do mar!": um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

_____. *Embarcações do Encantamento*: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAMBELLI, G.. *Arqueologia subaquática do baixo Vale do Ribeira*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2003.

_____. Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática. *Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil, v. 2, 2006.

_____. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Editora Maranta, 2002.

RAY, H. P. *The archaeology of seafaring in ancient South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Cambridge World Archaeology).

READ, J. *The Indian Ocean in Antiquity*. London: New York, 1996.

REDIKER, M. *Between the devil and the deep blue sea*: merchant seamen, pirates, and the anglo-american maritime world, 1700-1750. Cambridge: Cambridge University, 1993.

_____. *O Navio negreiro – uma história humana*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALORTE, L. M. L. *Carpinteiros dos rios*: o saber da construção naval no município de Novo Airão. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SMARCEVSKI, Lev. *Graminho – A alma do saveiro*. Salvador: Odebrecht, 1996.

SAUTCHUK, C. E. *O arpão e o anzol*: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriçu, Amapá). Brasília, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2007.

SELLING JÚNIOR, T. *A Bahia e seus veleiros – uma tradição que desapareceu*. Rio de Janeiro: Fundação Estudos do Mar, 1976.

SILVA, I. L. R. da. *As margens do São Francisco*: um olhar antropológico sobre os mestres fazedores de canoas na cidade de Pão de Açúcar – Alagoas. São Cristóvão, 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia/UFS, 2014.

SIMÕES, J. M. dos S. *Saveiros da Baía – apontamentos para um estudo luso-brasileiro*. Lisboa: Grupos de Estudos de História Marítima, 1971.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*: A perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VALENCIO, N. *Pescadores do Rio São Francisco*: a produção social da inexistência. São Carlos: RiMa, 2007.

WEIBUST, Knut. *Deep sea sailors*: a study in maritime ethnology. 2nd. Ed. Stockholm: Nordstedt & Söner, 1969. (Nordiska Museets Handlingar, 71).

WESTERDAHL, C. Fish and Ships: towards a theory of maritime culture. *Deutsches Schifffahrtsarchiv Wissenschaftliches*, nº 30, pp. 191-236, 2007-2008.

WESTERDAHL, C. The maritime cultural landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol.21, nº 1, pp.5-14, 1992.